

**ILUSTRÍSSIMA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E PREGOEIRA
OFICIAL DO MUNICÍPIO DE ANCHEITA/SC.**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 064/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2023**

MT COMÉRCIO E LOCAÇÕES, inscrita no CNPJ nº 40.803.721/0001-54, neste ato representada pelo seu representante legal o Sr. VALCIR MOTA, portador do CPF nº 048.428.279-47, com sede no Município de Turvo/SC, vem apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO** contra o ato da Comissão de Licitações que julgou vencedoras as empresas **POTÊNCIA SOM E INFORMÁTICA LTDA – EPP e FOCUS EQUIPAMENTOS LTDA.**, o que faz pelos fundamentos defato e de direito a seguir aduzidos:

I. DOS FATOS:

Trata-se de licitação na modalidade registro de preços para a escolha da proposta mais vantajosa que tem como objetivo a aquisição de equipamentos e utensílios, para serem utilizados nos diversos setores e Secretarias da Administração Pública Municipal de Ancheita, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Assim, interessadas em participar do certame, as empresas Requeridas foram declaradas vencedoras para fornecimento dos itens 23 e 24, que tinha as seguintes especificações:

ITEM 23 10,00 UN Ar-Condicionado Split 12.000 BTUs Quente/Frio 220V
- Especificação: Ar Condicionado Split 12.000 BTU. Ciclo: Quente/Frio
Tecnologia: Inverter. Gás Refrigerante: R-410A Área do Ambiente Até (m²):
20 Voltagem (v): 220 Classificação Energética inmetro: A Capacidade de
Refrigeração (BTU/h - Mínima/Nominal/Máxima): 3.000/12.000/13.200
Capacidade de Aquecimento (BTU/h - Mínima/Nominal/Máxima):
3.000/12.000/13.800 Capacidade de Refrigeração (kWh/h -
Mínima/Nominal/Máxima): 0,87/3,52/3,86 Capacidade de Aquecimento
(kWh/h - Mínima/Nominal/Máxima): 0,87/3,52/4,04 Potência Elétrica
Consumida - Refrigeração (w): 1110 Potência Elétrica Consumida -
Aquecimento (w): 975 Vazão de Ar Máxima (m³/min): 13 Nível de Ruído
Unidade Interna (dBa): 42/36/28/22 Nível de Ruído Unidade Externa
(dBa): 51/53 Funções: Timer, Swing, Comfort Sleep, Jet Mode, Energy
Saving, Fan Speed e Light Off Modos: Refrigerar, Aquecer, Ventilar,
Desumidificar e Automático Conexão da Tubulação Líquida (mm/): 6,35
(1/4) Conexão da Tubulação Gás (mm/): 9,52 (3/8) Comprimento
Máximo da Tubulação (m): 15 Desnível Máximo (m): 7 Serpentina da
Condensadora: Cobre Unidade Interna Evaporadora (Sem Embalagem)
(LxAxP mm): 837x308x189 Unidade Externa Condensadora (Sem
Embalagem) (LxAxP mm): 717x495x230 Peso Líquido Unidade Interna

(kg): 8,5 Peso Líquido Unidade Externa (kg): 23.

ITEM 24 10,00 UN AR CONDICIONADO SPLIT INVERTER 24000BTU QUENTE E FRIO 220V - Especificação: AR CONDICIONADO SPLIT INVERTER 24000BTU QUENTE E FRIO 220V Especificações Técnicas:- Cor:

Branco- Ciclo: Quente/Frio- Capacidade de Refrigeração (Mín/Nominal/Máx) BTU/h: 3.500/22.000/24.500- Capacidade de Aquecimento (Mín/Nominal/Máx) BTU/h: 3.500/22.000/24.500- Desumidificação l/h: 2- Voltagem: 220V- Potência (refrigeração) w: 1,990- Potência (Aquecimento) w: 1,890- Corrente (refrigeração) a: 9.6- Corrente (Aquecimento) a: 9.1- Consumo Mensal* kWh/Mês: 41.8- cce w/w: 3.24- Classificação Energética: a- Gás Refrigerante: R-410A- Conexões: 1/4" - 5/8"- Comprimento / desnível max. m: 20/10- Controle remoto sem fio: Sim- Conexão remota via Wi-Fi: Sim- Comando de voz com Google Assistente e Alexa: Sim- Modo sleep (Até 7 horas): Sim- timer (Até 24 horas): Sim- Função energy saving: Sim- jet mode (Resfriamento Rápido): Sim- Área do ambiente** m²: de 31 até 40- Acabamento: Branco- Display Iluminado (Temp/Consumo/Alarmes): Sim- Filtro haf 3M: Sim- Modo auto clean: Sim- Abertura da Aleta: de cima para baixo- Deflexão de Ar Acima e Abaixo: Automático- Deflexão de Ar Direita e Esquerda: Manual- Vazão de Ar nominal m³/min: 21- Nível de Ruído dB(A): 47/42/37/31- Dimensões produto unidade interna (LxAxP): 99,8 x 33 x 21 cm- Dimensões embalagem unidade interna (LxAxP): 106,5 x 40 x 26,6 cm- Peso líquido / bruto unidade interna kg: 12,5/15 kg- Serpentina de Cobre com tratamento Gold Fin: Sim- Vazão de ar nominal m³/min: 50- Nível de ruído dB(A): 55- Faixa de Temp. (Refrigeração) °C: 1848- Faixa de Temp. (Aquecimento) °C: -524- Dimensões produto unidade externa (LxAxP)***: 87 x 65,5 x 32 cm- Dimensões embalagem externa (LxAxP): 100,2 x 70,9 x 42,2 cm- Peso líquido / bruto externa kg: 43,5/50 kg- Proteção Anticorrosão: Sim- Bitola dos canos: 1/4" E 5/8"- Garantia do Compressor: 10 anos- Garantia: 12 meses.

Todavia, analisando as propostas vencedoras, percebemos que nenhuma das empresas ofertou o produto com as especificações e exigências contidas no edital, de modo que não atendem ao que a administração pública requer com a minuciosa exigência de características previstas nos referidos produtos.

A empresa Potência Som e Informática ofertou produto da marca Britânia e a empresa Focus Equipamentos ofertou produto da marca TCL, as quais **NÃO** possuem as seguintes características exigidas no edital:

Comando de Voz com google assistente e Alexa

Função energy saving: sim-jet mode (resfriamento rápido)

Área do ambiente **m², de 31 até 40

Filtro haf 3M

Serpentina de cobre com tratamento Gold Fin

Compatível com Wi-fi

Medidas do item 23 também não são compatíveis

Descritivo e exatamente o LG

Mesmo sendo alertada a Sra. Pregoeira sobre as propostas indevidas, esta adjudicou os itens as referidas empresas, de modo que não cumpriu a exigência editalícia.

Consultamos os manuais e catálogos dos produtos e somente confirmamos a informação: NENHUM DELES ATENDE AO EDITAL.

Ou seja, o ato da Sra. Pregoeira está eivado de vício e deve ser anulado.

Portanto, pelos fundamentos abaixo expostos as Requeridas devem ser desclassificadas no pregão, porquanto suas propostas ferem gravemente aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório, legalidade, competitividade e moralidade.

II. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS:

a) DO CABIMENTO DO RECURSO:

A Recorrente manifestou sua intenção de recurso contra o ato da pregoeira que declarou como vencedora as empresas Potência Som e Informática e Focus Equipamento pelo desrespeito ao edital.

Assim sendo, tal decisão é cabível para apresentação deste recurso, em garantia aos princípios do devido processo legal, contraditório e ampla defesa, de aplicação indiscutível no feito administrativo.

Ainda, o mandamento constitucional assegura a todos os litigantes e em todos os processos administrativos o direito ao recurso, consoante dispõe o art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal de 1988, vejamos:

Art. 5º [...]

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

Com efeito, o licitante ou contratado que se sentir lesado por decisão administrativa pode se valer de recurso administrativo *lato sensu*, utilizando-se de meios de reexame interno em face de ato ou decisão administrativa que lhe tenha sido desfavorável, podendo a administração pública rever seus atos quando ilegais, inoportunos ou inconvenientes.

O Supremo Tribunal Federal editou a súmula nº 473, estabelecendo que:

Súmula 473: a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os

direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

Portanto, é cabível a interposição de recurso administrativo em face da decisão que declarou como vencedora as empresas Recorridas.

b) DOS PRINCÍPIOS DA VINCULAÇÃO AO EDITAL- LEGALIDADE – MORALIDADE E COMPETIVIDADE:

A decisão que declarou as referidas empresas como vencedoras merece ser reformada, pois cumprindo o que prevê o art. 4º, inc. XVIII da Lei nº 10.520/2002 a empresa vitoriosa não atende as especificações corretas, ou seja, não cumpre a integralidade das características técnicas exigidas pelo edital.

E isso vai de afronta ao Princípio Licitatório da Vinculação ao Edital que, dentre tantos outros, afirma que a Administração e os licitantes não podem se afastar da adequação aos termos do edital.

Segundo a Lei de Licitações, Lei n. 8.666/99, a licitação visa garantir a observância constitucional da isonomia e, com isso, não pode descumprir as condições previstas no edital:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:
[...]

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;

Nesse sentido, o ilustre doutrinador Hely Lopes Meirelles assevera que as regras do certame devem ser seguidas, porquanto obrigatórias aos seus participantes:

A vinculação ao edital significa que a Administração e os licitantes ficam sempre adstritos aos termos do pedido ou permitido no instrumento convocatório da licitação, quer quanto à documentação, às propostas, ao julgamento e ao contrato. Em outras palavras, estabelecidas as regras do certame, tornam-se obrigatórias para aquela licitação durante todo o procedimento e para todos os seus participantes, inclusive para o órgão ou entidade licitadora.

Sobre o assunto o Tribunal de Contas da União já se manifestou:

A adjudicação e a homologação do objeto do certame à empresa declarada vencedora com base em critério de classificação desconforme com os requisitos do *edital* e do termo de referência, introduzido em sistema oficial (Comprasnet) sem a republicação do instrumento convocatório, afronta os *princípios* da legalidade, da *vinculação* ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo. Acórdão 1681/2013-Plenário | Relator: BENJAMIN ZYMLER

As exigências de qualificação técnica devem ser objetivamente definidas no *edital*, sob pena de violação do *princípio* da *vinculação* ao instrumento convocatório. Acórdão 2630/2011-Plenário | Relator: AUGUSTO SHERMAN

Portanto, afim de atender ao regramento do direito administrativo, especificamente aos princípios da vinculação do instrumento convocatório e da legalidade, necessário se faz a anulação de atos eivados de ilegalidade, devendo as empresas Requeridas serem desclassificadas do certame.

Outrossim, por estarem infringindo ao que determina a Lei de Licitações poderão tanto as empresas quanto os agentes públicos serem responsabilizados pelos atos eivados de vícios e irregularidades o que não se busca neste caso, pois é possível sua imediata anulação.

III. DOS PEDIDOS:

Ante o exposto, requer-se o recebimento do presente para que seja reconsiderada a decisão que julgou como vencedoras as empresas POTÊNCIA SOM E INFORMÁTICA LTDA – EPP e FOCUS EQUIPAMENTOS LTDA., conforme toda a fundamentação.

Outrossim, não sendo reconsiderada a decisão, que então seja remetido este recurso à autoridade que lhe for imediatamente superior, para que o aprecie, conhecendo-o e dando-lhe provimento para que, diante de todos os argumentos dispendidos, reforme a decisão administrativa, desclassificando as propostas das empresas Requeridas.

Pelo deferimento.

Turvo/SC, 5 de junho de 2023.

Valcir Mota
Sócio/Proprietário
C.I: 4.590.769 SSP/SC
CPF: 048.428.279-47